

Controvérsias do fim do trabalho em André Gorz

Recebido em 25-12-2015
Aceito para publicação em 02-08-2016

Vinicius Tomaz Fernandes¹

Resumo: O fim da centralidade do trabalho foi uma das principais teses desenvolvidas pelo filósofo André Gorz, a partir da década de 1980, tendo ampla repercussão na teoria social contemporânea. Realizamos um resgate bibliográfico objetivando detectar o arcabouço teórico desta tese para, em seguida, apontar caminhos para sua superação crítica. Concentramos a análise nos fundamentos do próprio conceito de trabalho utilizado pelo autor – que o iguala a emprego –, bem como sua concepção da conformação da classe trabalhadora – que culminaria em sua dissolução –, apreendendo o desenvolvimento desta tese ao longo de suas obras, bem como o conjunto de controvérsias que marcam essa construção.

Palavras-chave: trabalho; classe trabalhadora; centralidade do trabalho; André Gorz.

Controversias del fin del trabajo en Andre Gorz

Resumen: El fin de la centralidad del trabajo fue una de las principales tesis expuestas por el filósofo André Gorz, a partir de la década de 1980, con amplias repercusiones en la teoría social contemporánea. Realizamos un rescate bibliográfico destinado a detectar el marco teórico de esta tesis, luego señalar la manera de su superación crítica. Centramos el análisis de las bases del concepto de trabajo utilizado por el autor – que equivale al empleo –, así como su concepción de la conformación de la clase obrera – que daría lugar a su disolución – apoderando el desarrollo de esta tesis a través de sus obras, así como el conjunto de las controversias que marcan este edificio.

Palabras clave: trabajo; clase obrera; centralidad del trabajo; André Gorz.

Controversies of the end of labor in Andre Gorz

Abstract: The end of centrality of labor was one of the major thesis developed by the philosopher André Gorz, since the decade of 1980's, having wide repercussion on contemporary social theory. We realized a bibliographic rescue aiming to detect the theoretical outline of this this to, therefore, appoint ways for a critical overcoming. We concentrate our analysis in the base of the concept of labor used by the author – that equals employment –, as well his conception of working class – that culminates in its dissolution – apprehending the development of this thesis among his works, as well the set of controversies that brand this construction.

Keywords: labor; working class; centrality of labor; Andre Gorz.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), bolsista de Iniciação Científica do CNPQ. Vitória, Brasil. Contato: viniciustomazfernandes@gmail.com

1. Introdução

Nascido em Viena, na Áustria, mas vivendo e escrevendo na França, Gehard Horst é mais conhecido por seu pseudônimo: André Gorz². Autor de extensa produção acadêmica, com dezenas de livros publicados, a obra de Gorz ganhou ampla repercussão na Europa e também no Brasil. Localizou-se no epicentro do debate que tomou boa parte da academia e do movimento operário a partir da década de 1980. Ao buscar interpretar o novo momento histórico, de intensas transformações no mundo do trabalho, teóricos de diversas áreas do conhecimento acadêmico elaboraram as chamadas ‘teorias do fim do trabalho’. Cada qual com suas particularidades, questionavam em comum: teríamos chegado à sociedade do fim do trabalho? Este teria perdido seu estatuto de centralidade? As respostas para tais questões eram, por conseguinte, afirmativas.

Destacam-se neste debate, além de Gorz, os alemães Claus Offe em *O capitalismo desorganizado* (1989), Robert Kurz, em *O colapso da modernização* (1993) e Jurgen Habermas, em *Teoria da ação comunicativa* (1992); o norte-americano Jeremy Rifkin, em *O fim dos empregos* (1995); a francesa Dominique Méda, em *Sociedade sem trabalho* (1997); entre outros. A enunciação do fim do trabalho ou do fim de sua centralidade levou a equívocos teórico-metodológicos que repercutem ainda na teoria social contemporânea, sendo indispensável para a compreensão das transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas. Nisso reside a pertinência e a atualidade do debate. Sendo assim, realizaremos uma análise de como essa tese se desenvolve na obra de André Gorz, a fim de detectar seus fundamentos para, num momento posterior, apontar caminhos para uma superação crítica.

Nesse sentido, não nos cabe analisar toda a extensa obra de Gorz. A tese do fim da centralidade do trabalho se constitui enquanto uma inflexão teórica em sua bibliografia, marcada pela publicação de *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*, em 1980.

Consideramos inflexão na medida em que tal publicação inaugura uma nova fase de relação com o marxismo em seu pensamento, que será de negação de muitas das teses fundamentais – como a teoria marxista do valor, do trabalho e das classes sociais –, ainda que posteriormente se aproprie de outros elementos para a elaboração de sua teoria sobre o trabalho imaterial, a qual tem como fonte indispensável os *Grundrisse* de Marx. Consideramos, ainda, que esses elementos já estavam presentes em menor ou maior grau em

² Existem textos de sua autoria assinados, ainda, como Michel Bosquet.

suas obras da década de 1970 e anteriores³. Assim, há uma processualidade no rompimento teórico do autor, não entendendo *Adeus ao proletariado* enquanto corte epistemológico, mas enquanto a obra em que a crítica ao marxismo se encontra de maneira sistematizada.

Optamos, portanto, pela análise sistemática de *Adeus ao proletariado* ([1980] 1982), passando por *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica* ([1988] 2007); e *Misérias do presente, Riquezas do possível* ([1997] 2004); até, enfim, culminar na publicação de *O imaterial: conhecimento, valor e capital* (2005). A partir dessas leituras será possível traçar os fundamentos teóricos-metológicos lançados pelo autor, suas principais teses, avanços e recuos na formulação e embasamento dessas teses. Em suma, será possível apreender o arcabouço teórico empreendido pelo autor na sistematização de sua teoria do trabalho e de sua centralidade. Possibilitando, portanto, o estabelecimento de uma leitura crítica sobre essa, com conseguinte esforço de superação – não deixando de lado, é claro, suas contribuições. Em seguida, exploramos as principais críticas daqueles autores que refutam a teoria gorziana do fim do trabalho, elencando seus argumentos e perspectivas, com ênfase na vertente marxista. Por fim, nas considerações finais, travamos um balanço geral do debate.

2. Controvérsias do fim do trabalho em André Gorz

Como já afirmamos, *Adeus ao proletariado* (1982) foi a obra de maior impacto e repercussão de André Gorz. O ponto de partida é a identificação que o autor faz de uma dupla crise: do marxismo e do movimento operário. Mais detalhadamente, argumenta que a crise do primeiro deriva da do segundo, já que o desenvolvimento das forças produtivas não teria sido acompanhado pelo acirramento da luta de classes. Acreditava que as transformações no mundo do trabalho, com o desenvolvimento dos processos de automação e reestruturação, teriam dado origem a um movimento operário desfigurado, à revelia do que supostamente acreditava o marxismo. Os trabalhadores não se entenderiam mais enquanto classe. A produção, desenvolvida sob uma racionalidade econômica capitalista, seria impossível de ser apropriada por uma racionalidade socialista.

O desenvolvimento capitalista produzira também uma classe operária incapaz de se apropriar dos meios de produção, seus interesses não estariam de acordo com a construção de

³ Como em *Estratégia operária e neocapitalismo* (1968).

uma alternativa socialista. Isso por que a teoria marxista não se fundamentaria a partir de um conhecimento empírico dos antagonismos de classe (GORZ, 1982). O pensamento marxista conheceu a missão de classe dos proletários não a partir da análise concreta, mas ao contrário, a partir do conhecimento da missão de classe, que faz com que o pensamento marxista estabeleça o crivo daqueles que são e que não são proletários.

Dessa forma, o marxismo apesar de todas as tentativas de superação da corrente filosófica da qual é herdeiro – o hegelianismo –, conservaria não só a dialética, mas também outra característica essencial: o idealismo (GORZ, 1982). A conservação deste ficaria evidente não só no que tange à concepção do proletariado supracitada, mas também na concepção teleológica da História. O comunismo, a saber, seria o grande desfecho para o qual o sentido da História caminharia. Caberia, portanto, ao proletariado interiorizar a consciência de si, que se encontraria fora dele, personificado primeiramente no próprio Karl Marx e em Lênin, no momento posterior (GORZ, 1982). O autor estabelece, dessa maneira, um comparativo entre o pensamento marxista e o próprio Espírito, do qual tratava Hegel. Ao proletariado caberia encarnar o Espírito para realizar, enfim, a História - tratada com H maiúsculo para ressaltar a sua inexorabilidade.

Qual a saída para esse cenário? Para Gorz (1982), o marxismo estaria impedido de dar respostas acertadas, já que estaria preso a uma imagem ilusória não só do movimento operário, como também do trabalho. Para dar resposta à crise da ‘sociedade do trabalho’, seria necessária, pois uma revisão dos pressupostos inerentes a essa categoria na tradição marxista, bem como do novo tipo de trabalhador que está a emergir.

Gorz busca, então, refutar a positividade do trabalho defendida pelos marxistas, demonstrando a sua negatividade desde a sua origem etimológica até a sua apreensão na sociedade salarial. Trabalho, explica o autor, remonta ao latim *tripallium*, um instrumento romano de tortura, formado por três estacas. *Trepaliare*, por sua vez, significava torturar alguém no tripálio. Dessa forma, o trabalho esteve quase sempre associado a uma maldição, ao aviltamento, à depreciação. Realizá-lo seria indigno, cabendo às elites de cada tempo histórico o gozo do tempo disponível para lazer e dedicação às atividades intelectuais, como as ciências e as artes. Conforme explica Gorz (1982, p. 9-10):

“Trabalho” (que, como se sabe, vem de *tripallium*) hoje em dia designa praticamente apenas uma atividade assalariada. Os termos trabalho e emprego tornaram-se equivalentes: o trabalho não é mais alguma coisa que se faz, mas algo que se tem.

O advento da sociedade capitalista subordinou o trabalho a uma lógica salarial. Trabalho e emprego se tornaram sinônimos. À medida que os indiferencia, Gorz nega ao trabalho seu caráter ontológico e seu estatuto enquanto fundamento do valor. Nesse sentido, a teoria do valor-trabalho de Marx deixa de ter apreensão real. Com isso, atribui ao trabalho seu caráter estritamente negativo. Ao polo antagonista e, portanto, essencialmente positivo, Gorz denominará atividade livre ou autodeterminada. Ele compreende essa atividade autodeterminada como aquela que não tem como fim a troca do tempo em favor de outros, ela é, por si mesma, seu próprio fim. Pode ser uma atividade estética, artística ou até mesmo produtiva, desde que se refira ao usufruto por parte das próprias pessoas responsáveis por sua elaboração (GORZ, 1982).

Se, como já afirmamos anteriormente, o autor considera que no estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da organização do trabalho a apropriação coletiva seria impossível, considerando ainda a essencialidade negativa do trabalho, a formulação dos caminhos a serem trilhados pelos trabalhadores será, conseqüentemente, radicalmente distinta daquela elaborada pelo marxismo. A estratégia marxista para com o movimento operário estaria, dessa forma, condenada ao fracasso. Não se trataria, pois, de liberar-se no trabalho, já que este possui, por si só, natureza alienante. Não se trata de tomar o poder ou de tomar a produção. Muito menos se trata de evocar o operariado fabril para a tomada do estado, que morrera enquanto romance da literatura marxista.

A conjuntura de automação cada vez mais intensa leva os trabalhadores a uma bifurcação: por um lado, a abolição do trabalho anti-social, advento da sociedade do desemprego; por outro lado, aquela abolição leva à sociedade do tempo liberado. Isto é, o que se trata agora é da liberação do trabalho. Essa luta se dá no campo da ampliação do tempo de não-trabalho (isto é, atividade livre) em contraposição ao tempo de trabalho. Trata-se de guiar o desenvolvimento das forças produtivas em direção à liberação, e não da tomada da produção.

Importam agora as seguintes questões: de que fim do trabalho fala Gorz? Refere-se ao fim do trabalho concreto? Ao fim do trabalho abstrato? Ou do fim dos empregos, simplesmente? É fundamental dizer que Gorz não faz referência em momento algum do texto ao “trabalho concreto”, ou à dimensão concreta do trabalho, já que para ele, como expomos acima, trabalho não significa exatamente uma relação de metabolismo com a materialidade. No entanto, o autor deixa por vezes subentendido que o fim do trabalho poderia se dar no

sentido da substituição total da força de trabalho pela automação nas indústrias (GORZ, 1982), restando somente funções de organização e supervisão. Ele tampouco emprega o termo “trabalho abstrato” e também não sugere o colapso da sociedade capitalista enquanto tal⁴.

A terceira pergunta acima parece ser a hipótese mais acertada, como explicitado no seguinte trecho:

(...) a abolição do trabalho é um processo em curso e que parece acelerar-se. Para cada um dos três principais países industrializados da Europa Ocidental, institutos independentes de previsão econômica estimaram que a automatização irá suprimir, no espaço de dez anos, entre quatro e cinco milhões de empregos, a menos que haja uma revisão profunda da duração do trabalho, das finalidades da atividade e de sua natureza (GORZ, 1982, p. 11).

Ou seja, o desafio colocado é de gerir o processo de desenvolvimento das forças produtivas a fim de que não represente uma demissão em massa, mas sim na diminuição geral da jornada de trabalho, como proposta feita pelo autor, e posterior desvinculação da renda com o emprego. A atuação do movimento operário estaria limitada a influir no caminhar rumo à sociedade do desemprego ou à sociedade do tempo liberado. Esses novos sujeitos da produção não se reconheceriam no trabalho e, portanto, não construiriam uma identidade mútua. O autor enuncia, então, a emergência de uma “não-classe” de “não-trabalhadores”, que condenaria a luta de classes à dissolução (GORZ, 1982).

Ao cunhar esse conceito, o autor traça mais uma distinção para com a teoria marxista ao afirmar que a “não-classe” de “não-trabalhadores” não deve ser entendida como classe portadora da libertação da humanidade. Além disso, ela não é constituída pelo capitalismo – como é o caso do operariado – mas pela própria crise do capitalismo. Engloba o conjunto dos indivíduos expulsos da produção pela automação e, ainda, aqueles que se encontrariam em regime de subcontratação e precarização (GORZ, 1982). Apesar da divergência com relação à concepção marxista do proletariado, o autor afirma categoricamente que:

A lógica do Capital nos conduziu ao limiar da liberação. Mas esse limiar só será transposto por uma ruptura que substitua a racionalidade produtivista por uma racionalidade diferente. Essa ruptura só pode vir dos próprios indivíduos. (...) Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador; pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes (GORZ, 1982, p. 93).

⁴ Podemos entender que Gorz se diferencia de Robert Kurz, para quem a crise do trabalho estava ligada fundamentalmente à crise do trabalho abstrato.

Como podemos perceber, Gorz realiza a crítica ao proletariado marxista enquanto sujeito da tomada de poder e da emancipação da humanidade, mas isso não o impede de apontar a potência da “não-classe” de “não-trabalhadores” como aquela capaz de guiar o desenvolvimento das forças produtivas em direção à sociedade do tempo liberado, já que a compreende enquanto conjunto de sujeitos que buscam a liberação do trabalho.

Retomando a discussão em torno do conceito de trabalho, Gorz (1982) aponta sua abolição por diversas vezes no texto, sem, no entanto, responder as questões que levantamos (do trabalho enquanto sua dimensão concreta ou abstrata) e sem maiores formulações sobre o que compreende enquanto trabalho. Não por acaso, os trechos já citados se encontram no prefácio à Edição Brasileira de *Adeus ao proletariado*. Nele o autor busca responder exatamente às lacunas deixadas na obra, e, mais especificamente, a qual trabalho ele se refere quando fala em abolição, tendo em vista as críticas que já havia recebido. Também não por acaso esta tarefa é aprofundada no livro seguinte, fato que faz com que o diálogo com Jeremy Rifkin, autor de *O fim dos empregos* (1995), aumente consideravelmente. Gorz (2007) busca preencher tais lacunas com a publicação de *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica* (2007). Sem dúvida, a obra de maior densidade teórica, na qual destrincha alguns dos aspectos que na obra anterior não foram sistematicamente desenvolvidos. Aborda, principalmente, a cisão entre o trabalho e a vida e a consequente impossibilidade de identificação do homem com o seu trabalho. Segundo o autor:

A história desconectou, assim, aquilo que a perspectiva de Marx unira. Ele previa que, por meio da dominação científica da natureza, os indivíduos desenvolveriam em seu trabalho “a totalidade de suas capacidades”. E que, graças a “esse desenvolvimento rico do indivíduo”, “o livre desenvolvimento da individualidade” de cada um tornar-se-ia uma necessidade que buscaria (e encontraria) satisfação fora do trabalho graças à “redução ao mínimo do tempo de trabalho necessário” (GORZ, 2007, p. 94).

A própria história teria provado, portanto, que entre trabalho e vida haveria uma barreira intransponível. Calcada em um desenvolvimento das forças produtivas que obedeceu à lógica econômica capitalista, aos regimes socialistas só restaria falhar no que diz respeito à tentativa de apropriação coletiva dos meios de produção, pois já não poderiam reconciliar os trabalhadores com a sua função (GORZ, 2007).

Por que esse reconhecimento seria impossível? Gorz compreende a sociedade como dualidade, que se daria entre as esferas da autonomia e da heteronomia. O trabalho se circunscreve, então, na última esfera, uma vez que corresponde a uma atividade especializada que os indivíduos devem cumprir como funções coordenadas do exterior por uma organização pré-estabelecida. O trabalhador não executa seu trabalho de maneira autônoma, o faz segundo critérios estabelecidos não por ele, mas pelos que ocupam os cargos detentores de “poder funcional”. Isso não impede que o autor afirme, ao longo do texto, que há maneiras de ampliar o espaço de autonomia no trabalho. O que, no entanto, não deslocaria o que lhe é mais essencial: a sua natureza enquanto atividade heterônoma (GORZ, 2007). Gorz ainda afirma:

Entendam-me: não digo que o trabalho industrial não pode ser “humanizado”, isto é, autodeterminado e “autogerido” em seu como fazer; nem que as máquinas não podem ser concebidas e adaptadas de maneira a aumentar a margem de autodeterminação deixada ao operário e transformar o trabalho em algo estimulante e as relações de trabalho em relações cooperativas. O que afirmo é que o “trabalho morto”, o espírito coagulado”, interpõe-se entre o trabalhador e o produto e impede que o trabalho possa ser vivido como poíesis, como ação soberana do homem sobre a matéria (GORZ, 2007, p. 58).

Por outro lado, por maior que seja o espaço de autonomia no trabalho, este nunca se configurará como atividade plenamente autônoma, visto que a autonomia técnica da produção, exteriormente organizada, exige que o trabalhador se incorpore à máquina tal como uma engrenagem. Deste ponto de vista, Gorz assume a existência de espaços de autonomia no interior do trabalho heterônomo, mesmo em postos onde há domínio de horários, ritmo e modo de fazer por parte do trabalhador o “trabalho continua heterônomo quando a finalidade ou o produto final ao qual ele concorre escapa a meu controle” (GORZ, 2007, p. 165). Portanto, o trabalho heterônomo, apesar de não ser completamente desprovido de autonomia, não deixará de ter a heteronomia em sua natureza, já que é pré-determinado por uma organização que foge ao controle daquele que realiza o trabalho (GORZ, 2007).

O avanço da reestruturação produtiva criaria, ainda, uma elite do trabalho, que corresponderia ao contingente restrito de trabalhadores qualificados ou semi-qualificados, detentores de poder funcional. A seu redor, uma massa de trabalhadores precarizados de empresas terceirizadas, muitas vezes empregados sob regime de tempo parcial e que arca com a desregulamentação do trabalho.

A mudança técnica produz, portanto, como seu efeito, a segmentação e a desintegração da classe operária. Uma elite é ganha, em nome da ética do trabalho, à colaboração com o capital: a massa é precarizada ou marginalizada e serve de exército de reserva a uma indústria que deseja poder rapidamente ajustar o número de empregados às variações da demanda (GORZ, 2007, p. 71).

O antagonismo entre os detentores dos meios de produção e aqueles forçados a vender sua força de trabalho se deteriora frente a uma nova dicotomia: entre essa massa de trabalhadores precarizados e o núcleo estável da elite do trabalho. A questão não seria mais a tomada da indústria enquanto lócus do poder, mas a ascensão à elite do trabalho, que goza de seu poder funcional e não é tão constantemente ameaçada pelo desemprego. Mas se trata também, fundamentalmente, de romper com a sociedade do trabalho, aumentando a dimensão da autonomia – vida fora do trabalho – em detrimento da dimensão da heteronomia (GORZ, 2007). Surpreende, nesse momento (ano de 2007), a completa ausência de referência à ‘não-classe’ de ‘não-trabalhadores’, que havia tomado grande parte da obra anterior, e tampouco essa ausência é justificada. Gorz abandona, simplesmente, a utilização dessas categorias nessa obra e nas posteriores.

A ausência de referência à “não-classe” de “não-trabalhadores” não significa, no entanto, um abandono total de tais formulações. É certo que Gorz não tornará a utilizar essas terminologias, uma vez que não há justificativa para tal, ao menos em seus livros publicados no Brasil, mas seria equivocado afirmar que daí decorreria também o abandono da formulação da morfologia das classes que o autor emprega. Como vimos, o autor busca desenvolver as argumentações acerca da precarização, da elite do trabalho, da abolição do trabalho manual, mas cabe a nós destacar o seguinte trecho:

(...) esses operários [semi-qualificados, especializados] não podem pensar em si mesmos como produtores nem, portanto, “aceitar serem reconhecidos apenas por seu papel na produção”.

Em suma, para a massa dos trabalhadores, a utopia não é mais o “poder dos trabalhadores”, mas o poder de não mais funcionar como trabalhadores; o que acentuam é menos a liberação no trabalho que a liberação do trabalho, com garantia de plena renda (GORZ, 2007, p. 64).

Em outras palavras, se por um lado Gorz abandona a antiga categoria, por outro lado reforça uma de suas principais teses acerca dos trabalhadores: a de que há uma massa de trabalhadores precarizados ou excluídos da produção, que podem ou não se movimentar

coletivamente (seja enquanto classe ou não-classe), que nutre individualmente a expectativa de livramento do trabalho, afirmando sua identidade não a partir da produção, mas de outras diversas esferas da vida. Essa massa de trabalhadores permanecerá, então, na teoria de Gorz, como aquela portadora da sociedade do tempo liberado. No que diz respeito, ainda, à obra *Metamorfoses do trabalho*, cabe ressaltar que, desenvolvendo a crítica à concepção marxista do trabalho, Gorz ainda a situa também no plano ontológico. Isso se expressa quando o autor discute o fracasso da experiência socialista soviética:

O fracasso do pan-racionalismo socialista não pode ser explicado apenas por razões históricas e empíricas. Sua razão profunda é ontológica? É ontologicamente que a utopia marxiana que faz coincidir trabalho funcional e atividade pessoal é irrealizável na escala dos grandes sistemas, pelo fato evidente de que o funcionamento da megamáquina industrial-burocrática exige uma subdivisão das tarefas que, uma vez instalada, perpetua-se e deve perpetuar-se por inércia, a fim de tornar fiável e calculável a funcionalidade de cada uma das engrenagens humanas. (GORZ, 2007, p. 48-49).

A crítica particularmente ontológica cessa na obra seguinte, *Misérias do presente, riqueza do possível* (2004), quando se concentra na crítica ao trabalho enquanto fator de coesão/integração social. De início, remete novamente, agora de maneira mais clara, à polêmica sobre a que tipo de conceito de trabalho que se refere em sua construção teórica:

O que Rifkin denomina “o fim do trabalho” diz respeito ao fim daquilo que todos têm por hábito denominar “trabalho”. Não se trata mais do trabalho no sentido filosófico do termo [...]. Não se trata do trabalho como “atividade autônoma de transformação da matéria”, nem do trabalho como “atividade prático-sensorial” pela qual o sujeito exterioriza-se produzindo um objeto que é sua obra. Trata-se, sem equívoco, do “trabalho” especificamente próprio ao capitalismo industrial (...) (GORZ, 2004, p. 9).

Chama atenção, ainda, sua primeira referência ao trabalho abstrato: “O trabalho que desaparece é o trabalho abstrato (...)” e a, no mínimo surpreendente, utilização da categoria “centralidade do trabalho-emprego” (GORZ, 2004, p. 67, 70). Demonstra, com isso, não só a absorção de críticas realizadas às obras anteriores, como o afastamento da tese da possível abolição do trabalho material. Isto é, aquilo que apontava como a grande possibilidade dada pelo desenvolvimento das forças produtivas – a abolição do trabalho material pela automação

da produção – não se concretizou enquanto alternativa real, direcionando sua formulação em direção à crise do trabalho abstrato.

Na medida em que trata, ainda, da crise da centralidade do trabalho-emprego no âmbito da sociedade salarial, perde espaço a crítica que realizava do trabalho enquanto constituidor do sujeito social. Não se trata, diz o autor, do trabalho no sentido filosófico do termo. Gorz (2004, p.67) apontará, com isso, cada vez mais a crítica do trabalho enquanto fonte de integração e de “coesão social”, isto é, do colapso da função do emprego enquanto garantidor dos vínculos sociais. Nesse aspecto, já não mais se refere à Marx como polo antagonista.

O que mais se ressalta no Gorz da década de 1990 é a guinada teórica em direção ao trabalho imaterial. A dissolução das classes sociais e o fim do trabalho já não repercute enquanto tal como em *Adeus ao proletariado*; a crítica à racionalidade econômica de *Metamorfoses do trabalho* tampouco ganha maiores desdobramentos. Interessa ao autor, agora, a teorização acerca da nova hegemonia no âmbito da produção: a imaterialidade do trabalho. Os apontamentos nesse tema serão desenvolvidos e publicados oito anos depois, em *O imaterial* (2005). É nele que Gorz, por fim, aponta a drástica diminuição – mas nunca total supressão – do trabalho diretamente material, aquele que, em sua compreensão, é quantificável, mensurável, separável da pessoa que o fornece.

3. Fundamentos da crítica à tese gorziana

Tendo realizado a análise do percurso teórico da tese de Andre Gorz sobre o fim do trabalho e de sua centralidade, é necessário nos debruçarmos sobre as críticas dirigidas a essas formulações. Primeiramente expomos aquelas críticas relacionadas ao conceito de trabalho, passando em seguida pelas questões sobre processo histórico e determinismo tecnológico para, por fim, culminarmos no conceito de classe social. Esses são, em nossa visão, os três eixos nos quais se centram os esforços de refutação e/ou superação das teses de Gorz.

Destacamos como primeira grande refutação da tese gorziana e reafirmação do trabalho a publicação de *Adeus ao trabalho?*, de 1995, escrita pelo sociólogo brasileiro Ricardo Antunes. A partir da tradição lukácsiana, Antunes não só empreendeu a recuperação da ontologia do trabalho, bem como se pôs a pensar o novo quadro oriundo da reestruturação

produtiva e a nova configuração da classe trabalhadora (2008, 1999, 2011). Classificando *Adeus ao proletariado* como um “ensaio muito instigante e abusivamente problemático”, Antunes (2008) dá início a seu empreendimento teórico, formulando uma nova interpretação sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e sobre a reestruturação produtiva.

Em síntese, Antunes compreende a reestruturação produtiva como expressão de uma saída do capitalismo para a sua própria crise estrutural. Crise que se manifestou a partir do início da década de 1970, caracterizando-se pela: a) queda da taxa de lucro; b) esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista de produção; c) hipertrofia da esfera financeira; d) concentração de capitais em virtude de monopólios e oligopólios; e) crise do *Welfare State*; f) tendência acentuada às privatizações (ANTUNES, 1999). As tentativas de saída da crise refletiram, inevitavelmente, sobre o mundo do trabalho: a desregulamentação, flexibilização e fim de direitos históricos dos trabalhadores muniram o capital para que se adequasse a uma nova fase, a da hegemonia do padrão toyotista de acumulação. Em virtude de tais transformações, a composição da classe trabalhadora não permaneceria imutável. Essa também se metamorfoseia, complexifica e passa a carecer de uma compreensão mais ampliada – não somente abarcando os antigos operários fordistas. Com esse intuito, Antunes (2008) cunha a categoria de *classe-que-vive-do-trabalho*, a fim de ressaltar a condição de classe trabalhadora não só daquele segmento da classe responsável pela produção manual, mas abarcando consigo o conjunto do assalariamento: trabalhadores de telemarketing, comunicação, informática, *part-in-time*, educação, etc. A classe-que-vive-do-trabalho é, portanto, uma resposta direta à chamada não-classe de não-trabalhadores de Gorz.

Outro ponto de crítica por parte de Antunes (2009) diz respeito à essencialidade negativa atribuída por Gorz ao trabalho, questão que já discorreremos na segunda parte do presente artigo. Se Gorz imprime ao trabalho uma essencialidade negativa, a essencialidade positiva, por sua vez, ficará a cargo da atividade livre, ou da também chamada atividade autodeterminada assim definida por Gorz (1982, p. 10-11):

A atividade autodeterminada, em contrapartida, não tem como finalidade principal a troca do meu tempo contra o tempo dos outros: ela é, em si mesma, seu próprio fim quando se trata de atividades estéticas [...] ou artísticas; quando se trata de atividades produtivas cria objetos destinados ao consumo ou à utilização das próprias pessoas que as produzem ou das que lhes são próximas.

Primeiramente, levanta-se a questão: como pode uma atividade autodeterminada ser totalmente livre, alheia a um mundo cuja esfera da produção é totalmente aviltante? Ou seja,

podem duas esferas antagônicas – uma de emancipação e outra de submissão – coexistirem de forma harmônica, sem entrarem em conflito entre si? Esta questão nos leva imediatamente à outra: é possível que a emancipação ocorra somente fora do trabalho? Em contraposição a esta formulação, Antunes (2009, p. 113) esclarece:

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada a multilateralidade humana, somente poderá efetivar-se através da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade.

Ou seja, para Antunes, o ser social é um complexo que possui múltiplas dimensões, não sendo quaisquer partes delas independentes umas das outras, e sendo o trabalho, portanto, integrante e (re)produtor desse complexo do ser social. Não poderia haver, com base nessa perspectiva, qualquer espécie de emancipação que considerasse tão somente o tempo de não-trabalho individual. Trata-se, por sua vez, de uma vida dotada de sentido dentro e fora do trabalho, no conjunto de dimensões do complexo do ser social, e que extrapole o próprio indivíduo, criando novas bases de sociabilidade⁵.

Outro aspecto explorado por seus críticos é o que tange ao duplo caráter do trabalho: sua dimensão concreta e abstrata. O primeiro, o trabalho concreto, é entendido como aquele

(...) que produz valor de uso (Gebrauchswert), não quer dizer uma substância metafísica, genérica, vaga e imprecisa, que não se põe na realidade histórico-social, mas sim como atividade de autodesenvolvimento e auto realização da existência humana, atividade primária, natural, necessária e presente em todas as formas de sociabilidade humana, inclusive na capitalista, pois o trabalho útil-concreto, embora esteja aqui em benefício do capitalista ou sob seu controle, não muda sua essência, que é atividade dirigida, com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais que sirvam para satisfazer as necessidades humanas (CHAGAS, 2010, p. 65).

⁵ Guy Debord também oferece reflexão semelhante: “Pela vitória da produção separada como produção do separado, a experiência fundamental, que nas sociedades primitivas estava ligada a um trabalho principal, está em vias de deslocamento em direção ao polo de desenvolvimento do sistema, ao não-trabalho, à inatividade. Mas essa inatividade não está liberada da atividade produtora: depende dela, é uma submissão inquieta e admirativa às necessidades e aos resultados da produção; a própria inatividade é um produto da racionalidade da produção. Aí não pode haver liberdade fora da atividade, e no âmbito do espetáculo toda atividade é negada, assim como a atividade real foi integralmente subtraída para a edificação global desse resultado. Por isso, a atual “liberação do trabalho”, o aumento do lazer, não significa de modo algum liberação no trabalho, nem liberação em um mundo moldado por esse trabalho. Nada da atividade roubada no trabalho pode ser encontrado na submissão a seu resultado” (1997, p. 22-23).

Isto é, a dimensão concreta do trabalho compreende aquela atividade prática de transformação da natureza, produtora de valor-de-uso, que satisfaz as necessidades humanas imediatas. Ela é primária na relação entre homem e natureza, comum à toda existência humana e da qual o homem não pode prescindir, já que é através dela que produz seus meios de subsistência. Por sua vez, o trabalho abstrato é próprio do modo de produção capitalista:

Na medida em que a mercadoria é unidade imediata de valor de uso e valor de troca, o trabalho deixa de ser exclusivamente trabalho útil-concreto, que produz valor de uso, e se transforma em trabalho abstrato, trabalho simples, trabalho social médio, que produz valor de uso e, ao mesmo tempo, valor (CHAGAS, 2010, p. 68).

É justamente pela desconsideração da dupla dimensão do trabalho – concreto e abstrato – que, segundo Antunes (2009), Gorz incorre em apontar como crise da sociedade do trabalho concreto o que se configuraria enquanto crise da sociedade do trabalho abstrato. Seria impossível, na visão de Antunes, conceber uma sociedade ausente de trabalho concreto, já que esta é a mediação primária com a natureza no que se refere à satisfação das necessidades humanas. Por outro lado, seria possível afirmar a crise do trabalho abstrato, isto é, do trabalho assalariado típico do modo de produção capitalista. Outros autores das chamadas “teorias do fim do trabalho” produziram suas formulações nesse sentido, como é o caso do já citado Robert Kurz.

É por essa indeterminação que somos obrigados, ao longo do texto, a travar o debate sobre o fim do trabalho propriamente dito, isto é, sobre o fim do trabalho concreto, e sobre o fim da centralidade do trabalho, que corresponderia a argumentar que fatores conjunturais deslocariam a esfera da centralidade para outras dimensões do ser. Não por acaso, Habermas (1992), por outro lado, dará enfoque à ação comunicativa em detrimento da centralidade do trabalho.

Se por um lado a crítica de Antunes se apoia nas compreensões de trabalho e de classe social, por outro lado, outros autores buscaram criticar a André Gorz a partir da análise do processo histórico. É o caso de Amorim (2006, 2009, 2011), que refuta qualquer inexorabilidade histórica – aquilo que nos referimos anteriormente como “história com H maiúsculo” –, observando em Gorz o que chamam de determinismo tecnológico. Ou seja, alguns estudiosos criticam a tendência metodológica de conceber a conformação de classe e da própria luta política enquanto reflexo imediato do desenvolvimento das forças produtivas.

A ideia é de que a luta política se encontra subordinada ao desenvolvimento econômico de forma mecânica na obra de André Gorz. Ou seja, é por conta do desenvolvimento das forças produtivas e consequente automação da produção que ocorreria um esvaziamento da luta de classes em prol do conflito à ordem hierarquizada de organização da produção, isto é, a luta de classes se dissolveria frente aos combates por poder funcional, acirrando a competição meritocrática entre os não-trabalhadores. A própria constituição da não-classe de não-trabalhadores seria, também, efeito direto do avanço das forças produtivas e da reestruturação produtiva. Sobre esse primado das forças produtivas com relação à transformação social, Amorim (2011, p. 379) afirma:

A luta política de classes seria, assim, apenas uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas em presença. Mas como seria possível indicar tais forças produtivas como elementos impulsionadores de reivindicações e práticas políticas anticapitalistas se são elas, em seu conjunto, cristalizações de relações sociais de tipo capitalistas?

O que Amorim sugere é uma contradição interna à concepção gorziana. Gorz, concebendo a luta política como consequência direta do desenvolvimento das forças produtivas, dentro de relações sociais capitalistas, não explica como (ou por quê) estas mesmas relações geraram como frutos uma massa que tenha caráter reivindicativo anti-capitalista, ainda que não messiânico, como ressaltado por Gorz (1982).

Outro ponto de argumentação relativamente comum entre os críticos de Gorz é o fato de o autor – à luz do processo de reestruturação produtiva, mas observando especificamente a Europa e fazendo uso de dados que se restringiam a esse continente – generalizar a tendência de queda (e desaparecimento) da classe operária europeia para o conjunto da classe operária mundial. Como demonstrou Sérgio Prieb (2005), no mesmo período em que a Europa convivia com o cenário apontado por Gorz, outros continentes do mundo – como Ásia e América Latina – apresentavam elevação do operariado fabril (juntamente com os postos de serviços). Por essa razão, tanto para Prieb quanto para um conjunto de críticos⁶, a tese de Gorz foi tomada como eurocêntrica, já que não considerava o desenvolvimento desigual do capitalismo nos diversos continentes, em especial no chamado Sul Global.

⁶ Carcanholo e Medeiros (2012) também indicam o crescimento do exército industrial de reserva em escala global.

Por fim, uma das mais relevantes críticas diz respeito à concepção de classes sociais e parte do filósofo francês Daniel Bensaid (2008). Ele apontou para a concepção restritiva e operarista do proletariado tomada por Gorz, que compreendia classe operária e classe trabalhadora como categorias indistintas. No entanto, para Bensaid a classe trabalhadora já teria sido cunhada em uma compreensão ampliada:

No século XIX, falava-se em classes trabalhadoras, no plural. O termo alemão Arbeiterklasse ou a expressão inglesa working class continuam extremamente genéricos. 'Classe ouvrière', dominante no vocabulário francês, tem uma conotação sociológica propícia a equívocos. Ela designa principalmente o proletariado industrial, com exceção do assalariado de serviços e de comércio, que se submete a condições de exploração análogas do ponto de vista de sua relação com a propriedade privada dos meios de produção, de seu lugar na divisão do trabalho ou da forma salarial de sua renda. Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária. Nas sociedades desenvolvidas, o proletariado da indústria e dos serviços representa de dois terços a quatro quintos da população ativa (BENSAÏD, 2008, p. 36).

Bensaid sugere, com isso, que há uma confusão terminológica que propiciou um entendimento restrito do conceito. O proletariado, na perspectiva marxista, não seria sinônimo de classe operária ou operariado fabril. É claro que este compõe aquele, o proletariado. No entanto, o proletariado está para além do operariado fabril, sendo constituído pelo conjunto de indivíduos que, por não serem detentores dos meios de produção, dependem da venda da força de trabalho para sobreviver. Ou seja, aquele conjunto de indivíduos cujo único bem, além da força de trabalho, é a própria *prole*.

Nesse sentido, o relevante aumento do setor de serviços não nega o proletariado. Pelo contrário, reafirma o proletariado na medida em que faz avançar em números absolutos o quantitativo de trabalhadores assalariados em escala mundial (PRIEB, 2005). Por certo, o proletariado segue se complexificando, heterogeneizando, diversificando, trazendo consigo novos desafios para apreensão sociológica dessa classe.

4. Considerações Finais

O esforço que empreendemos neste artigo foi o de primeiramente expor o arcabouço teórico que sustenta a tese do fim do trabalho de André Gorz. Necessidade que partiu do

diagnóstico da ampla difusão dessa tese, a qual, por sua vez, foi muitas vezes apreendida de maneira acrítica ou, até mesmo, tomada como pressuposto consensual pelas ciências sociais. O debate sobre o fim do trabalho, no entanto, não é simples e tampouco está acabado.

Não é simples porque a tese sofre diversos nuances em sua construção teórica, tanto no que diz respeito à própria tese de Gorz, que se metaforseia de acordo com a *démarche* teórica do autor, quanto no que se refere ao conjunto de teóricos que se dedicam a entender a ideia de fim do trabalho, e que produzem, a partir disso, diferenças – e divergências – que precisam ser consideradas. Também é importante recordar aqui o conjunto de teóricos que se debruçaram a refutar e/ou superar as teorias sobre o fim do trabalho. Tal esforço partiu, primeiramente, do seio do marxismo, tendo em vista que a proposição ataca diretamente o materialismo histórico. Em geral, essas contribuições não se limitaram a, simplesmente, repetir dogmaticamente as palavras d’*O Capital*, mas estabeleceram um movimento superativo à luz da metodologia marxista, buscando novos conceitos para a análise da sociedade contemporânea.

O presente artigo dedicou-se a colaborar com um estudo mais sistemático sobre a obra do próprio Andre Gorz, a fim de evitar, no exercício da crítica, novas distorções sobre a construção teórica deste autor; e, por fim, ainda que de maneira sintética, discorrer sobre o conjunto de críticas dirigidas ao autor. Estamos certos de que nos atuais debates não só da sociologia do trabalho, mas também da teoria sociológica, pode-se estar com Gorz ou contra Gorz, mas nunca sem ele. Que a análise crítica de suas teses nos impulse para um patamar superior de compreensão da realidade social.

5. Referências

- AMORIM, Henrique. *teoria social e reducionismo analítico*. Caxias do Sul : EDUCS, 2006.
- _____. *Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2009.
- _____. Centralidade e imaterialidade do trabalho: classes sociais e luta política. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, 2011, pp. 367-385.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008
- _____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. Trabalho sem positividade, valor sem valor e imaterialidade sem materialidade. *O Social em Questão*, n. 25/26, 2011, pp. 15-28.

BENSAID, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo Dias & MEDEIROS, João Leonardo. Trabalho no capitalismo contemporâneo: pelo fim das teorias do fim do trabalho. *Revista Outubro*. São Paulo, v. 20, 2012, pp. 171-197

CHAGAS, Eduardo. A determinação dupla do trabalho em Marx: trabalho concreto e trabalho abstrato. *Revista Outubro*. São Paulo, v. 19, 2010.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GORZ, André. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1968.

_____. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Metamorfozes do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2007.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Londres: Polity, vol. II, 1992.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MÉDA, Domenique. *Società senza lavoro: per una nuova filosofia dell'occupazione*. Milão: Feltrinelli, 1997.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRIEB, Sérgio. *O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho*. Ijuí: Ed. Uniju, 2005.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995.

SILVA, Josué P. da. *André Gorz: trabalho e política*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2011.

SILVA, Josué P.; RODRIGUES, Iram J. (Orgs.). *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume, 2006.